

A prática de escanteamento de corpos: dos interesses de mercado ao capacitismo estrutural¹

Gabriel Lima Simões

Fiocruz/RJ

Palavras-chave: capacitismo; deficiência; normalização.

Numa análise quase poética sobre o olhar para o Eu, Hara (2012, p. 105) apresenta a escrita de si como “um instrumento para dar conta da multiplicidade, da pluralidade de imagens e representações existentes no mundo exterior a nós mesmos”. Fazer da minha escrita um exercício de análise de implicação tem me permitido conectar histórias e memórias que compõem o rizoma das múltiplas subjetividades que me atravessam, me movimentam e me inquietam.

A experiência de estar trabalhando com políticas públicas voltadas para a população moradora de favelas tem me levado a traçar conexões entre as subjetividades que compõem o cotidiano daquelas pessoas e as forças repressoras, normalizadoras e excludentes que também fazem parte da minha própria história. Revisitar minhas memórias, desde a infância no sertão da Bahia até as questões que agora atravessam minha vida em terras cariocas, me fez questionar os modos de subjetivação que me acompanham e nunca foram ‘colocados na mesa’, ou não me instigaram como objeto de pesquisa.

Os caminhos que levaram aquela criança que gostava de acompanhar sua mãe nos movimentos populares e que na adolescência se envolvia em debates sobre políticas públicas para a juventude foram fundamentais para constituir o adulto que hoje trabalha e pesquisa o modo como a vida dos moradores de favelas é também atravessada por produções subjetivas que se pautam em políticas racistas, violentas e segregadoras. Hoje compreendo que a minha indignação com as diversas formas de preconceito e subjetivação está associada à minha experiência de ter estado sempre em um lugar de estranhamento e de anormalidade, por possuir forma física diferente do padrão.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Essas políticas de Estado são parte das estratégias de controle que Michel Foucault chamou de biopolítica. Segundo Foucault (2014, p. 150), biopolítica seria a convergência entre técnicas de governo das vidas que buscam tanto disciplinar o corpo individualizado (seu adestramento, ampliação de suas aptidões, extorsão de suas forças, crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade), quanto regulamentar o funcionamento do conjunto da população (sua proliferação, os nascimentos e mortalidades, o nível de saúde, a longevidade, etc.). Como efeito dessa prática biopolítica, mecanismos de controle são implementados pelo Estado de modo que extrapolem o nível macropolítico e atinjam um nível micropolítico ao capturar a sociedade a partir da disseminação da lógica da vigilância. Aderindo compulsoriamente aos valores difundidos como normais, a própria sociedade vai moldando seu olhar crítico de forma a julgar como ruim, errado, anormal, tudo aquilo que lhe soa destoante.

A lógica capitalista-produtivista determina quais corpos devem ser considerados saudáveis com base no nível de eficiência que esses corpos apresentam no atendimento às demandas de mercado. Portanto, os corpos desejáveis passam a ser os mecanicamente mais adaptáveis e com melhores resultados diante de certas funções que lhes são atribuídas. Corpos que destoam desse perfil estético, como os das pessoas com alguma deficiência, são automaticamente classificados como corpos limitados, ineficientes ou incapazes. Tal como no termo jurídico da “inversão do ônus da prova”, cabe à pessoa com deficiência provar suas capacidades para ir conquistando um lugar de aceitação entre as pessoas padronizadas como “normais”.

Em seu livro *‘Os anormais’*, Foucault (2010) desenvolve um estudo aprofundado sobre as tecnologias de poder utilizadas na relação com pessoas consideradas não normais por apresentarem distúrbios psíquicos. Apesar de não abordar a classificação das deficiências físicas nos quadros de anormalidade, Foucault faz uma longa discussão sobre a normalização, mostrando como a sociedade é levada a inferiorizar os corpos que fogem ao padrão, tratando-os como exceção. O autor vai ao entendimento das anomalias nos séculos XVIII e XIX para referir-se ao monstro humano como uma figura que constitui, em sua existência e em sua forma, não apenas a violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza (FOUCAULT, 2010, p. 47). O estranho visto como monstro é um corpo que combina o impossível com o proibido.

A divisão da população entre normais e anormais sempre fez parte das políticas de governo, ou mesmo de Estado, e tem se intensificado com o avançar das práticas neoliberais. As próprias políticas de saúde, assistência social, previdência e educação

tendem a instituir medidas de proteção que operam por mecânicas de segregação, como no caso do dilema entre manter alunos com deficiência na mesma turma dos alunos considerados normais ou apartá-los em escolas e turmas exclusivas.

A chamada ‘*educação especial*’ passou por grandes mudanças no ano de 2008 quando o governo brasileiro, em consonância com diretrizes apontadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, reformulou a ‘*Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*’². Tais mudanças tinham como propósito a garantia do acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino regular e o atendimento às suas necessidades educacionais especiais, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. Todavia, um decreto federal publicado em setembro de 2020 autorizou a criação de salas de aula específicas para alunos com algum tipo de deficiência e até mesmo a criação de escolas totalmente dedicadas a esse público.

Trata-se de um conjunto de políticas pautadas na norma como parâmetro para definir o incapaz e, nessa perspectiva, aceitar a sua participação como concessão. O tema da inclusão não pode, contudo, se resumir à mera “permissão” para que estas pessoas frequentem o mesmo ambiente que as demais. A questão não está nas pessoas, mas na ideia de normalidade construída socialmente e que, de modo automático, produz os considerados anormais. São as políticas de educação que precisam ser propostas com métodos de ensino sejam acessíveis aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem com os métodos tradicionais. Como aponta Pontes (2018, p. 70), o fracasso escolar de pessoas com deficiência geralmente é atrelado às suas limitações e nunca ao espaço, à organização do tempo escolar, ao método de ensino, ou à avaliação. Segundo a autora, permite-se a entrada, mas não se assegura aos alunos vivenciar o espaço escolar da sua forma, em seu tempo, com suas necessidades e desejos.

Como a minha deficiência é física e eu não apresentei dificuldades cognitivas que levassem meu ritmo de aprendizado a ser considerado inferior ao padrão normalizado pelas escolas, pude cumprir minha vida escolar em sala de aula comum, junto aos demais colegas da minha faixa etária. Fora as brincadeiras típicas de crianças e adolescentes que são produzidos em meio a modos de subjetivação que operam pela norma e que, portanto, não tinham um processo formativo que lhes ensinasse a conviver com pessoas com corpos fora do padrão, considero que foi tranquila a minha passagem pela escola regular. Entretanto, a falta de preparação da escola para lidar com um aluno com deficiência podia

² Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>.

ser claramente notada nas aulas de educação física. Durante todo o ensino fundamental e médio eu fui dispensado de comparecer às práticas de atividades físicas que aconteciam regularmente (confesso que eu via como um alívio não precisar acordar bem cedo para ir à escola fazer aquela maratona de exercícios). Para compensar essas faltas e obter uma nota na disciplina, eu tinha que fazer pesquisas sobre a importância da prática de exercícios para os normais, já que eu não era considerado capaz de fazê-los, e entregar trabalhos escritos aos professores. Porém, quando aconteciam jogos e brincadeiras nos horários em que eu já estava na escola, eu gostava de assistir e participar. Lembro que eu era sempre o último a ser escolhido nos momentos de composição das equipes de jogos. Como o foco era a competição, todos evitavam ter um garoto com baixo desempenho motor no seu time. Por vezes, eu ficava de fora só observando ou fazendo a reposição de bolas quando essas caíam para fora da quadra de esportes. Recordar agora esses momentos me faz perceber como eu fui levado a normalizar esses processos de não inclusão.

Passados tantos anos, percebo o quão ainda hoje é naturalizada a delimitação de espaços que excluem e rotulam pessoas como eu com o “carimbo” da incapacidade, da impotência, da anormalidade.

A anormalidade permanece sendo produzida e alimentada por discursos e atitudes vazias que buscam a normalização desses indivíduos, ou seja, tê-los no ambiente escolar tornou-se uma prova, inclusive para nós, de que somos a favor da inclusão e que nada temos contra as diferenças. Como se o problema se resumisse à aproximação física ou à aceitação do direito do outro de apenas estar lá (PONTES, 2018, p. 70).

Essa mesma produção subjetiva que aponta como anormais aqueles que destoam dos padrões é a responsável pela definição de quem deve ser socialmente aceito e quem deve ser marginalizado.

Quando se apartam as pessoas tidas como diferentes e se resume suas vidas à deficiência entendida como falha, a tendência é que o olhar sobre elas se desdobre em tutela e que se normalize o entendimento de que elas precisam ser protegidas. Nascimento (2014, p. 61) destaca que o funcionamento das políticas de proteção é parte de uma estratégia governo biopolítico, que atua tanto nas famílias em particular quanto na população. Segundo a autora, padroniza-se como os corpos devem ser modelados, regula-se como as mães devem se comportar e determina-se quais os modos de viver, controlando as famílias pelos dispositivos da segurança e da prevenção.

Tais práticas são características do exercício do poder pastoral³ que institui políticas de cuidado partindo do princípio de que esses corpos são incapazes, carentes, desprovidos de potência. Essa despotencialização está diretamente vinculada a uma concepção de normalidade, que considera como impotente tudo que desvia da norma.

Segundo Foucault (2008, p. 83), as normas são fixadas após uma conjugação de interesses de soberania e disciplina estabelecer qual conduta será considerada normal. Assim, nas operações de normalização, as ações biopolítica vão utilizar cálculos estatísticos para estabelecer mecanismos de regulação de condutas e tentar trazer para a normalidade àqueles que estão desviantes. Segundo Ewald (1993, p. 79), todo um conjunto de elementos passa a ser pensado a partir de decisões, leis e racionalidades normativas, como a higiene, o urbanismo, a energia, e a proteção.

Hindess (2001, p. 101) caracterizou os modos como a razão política liberal lida com o problema de governar essa população cuja capacidade de conduta autônoma é considerada insuficiente. Segundo o sociólogo, são três as táticas de governo historicamente adotadas: a *'eliminação'* – nos casos em que essas pessoas são extintas (antes ou depois do nascimento) ou expulsas do território em que habitam; a *'compulsão por técnicas disciplinares'* – nos casos em que se utiliza da prática capacitista que entende que as capacidades necessárias para uma conduta autônoma podem ser desenvolvidas através da imposição de períodos mais extensos de disciplina, levando essas pessoas a ser "reavaliadas" (transformadas em "pessoas reabilitadas"), e as *'redes de segurança social'* – quando se entende que é papel do governo cuidar e estabelecer um ambiente social benigno e de apoio àqueles que carecem das capacidades necessárias para a ação autônoma, em grande parte por razões relacionadas com os problemas de saúde, pobreza ou educação inadequada (HINDESS, 2001, p. 101). Esta última visão fala do *'ethos'* liberal de bem-estar ao enxergar benevolmente essas pessoas como beneficiários merecedores de melhores condições de vida.

Capacitismo é aqui entendido a partir da definição de Campbell (2009, p. 5), segundo a qual o termo se refere a uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de 'eu' e de corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito,

³ De acordo com Foucault (2008, p. 169), o poder pastoral é um poder de cuidado e vigilância. O pastor exerce poder guiando todo seu rebanho, mas também cuida individualmente de cada ovelha para que ela não sofra, vai buscar as que se desgarram, cuida das que estão feridas. O poder pastoral é individualizante.

típico da espécie e totalmente humano. Como salienta a autora, a deficiência é então apresentada como um estado diminuído de ser humano.

Quando despertei para a ideia de introduzir nas minhas pesquisas o tema do capacitismo como mecanismo de segregação e culto aos corpos normalizados, passei a mergulhar em novas leituras que se tornaram mais um caminho de autodescoberta do que uma pesquisa acadêmica por si. Nesse meio tempo conheci o trabalho do Victor Di Marco, um roteirista e diretor de cinema brasileiro que pesquisa e produz obras relacionadas a corpos dissidentes no âmbito das corporalidades. Victor tem utilizado as redes sociais para a produção de conteúdo relacionado às suas vivências enquanto pessoa com deficiência. No ano de 2020 ele lançou um curta-metragem intitulado ‘*O que pode um corpo?*’, além de um livro chamado ‘*Capacitismo: o mito da capacidade*’. Desse livro eu trago aqui o entendimento do autor sobre o conceito de capacitismo:

Capacitismo é a expressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social. Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos deficientes em razão dos sem deficiência. Acredita-se que a corporalidade tange à normalidade, à métrica, já o capacitismo não aceita um corpo que produza algo fora do momento ou que não produza o que creditam como valor. Ele nega a pluralidade de gestos e de não gestos, sufoca o desejo, mata à vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como deficientes (DI MARCO, 2020, Orelha do livro).

Também nessa perspectiva, Santos (2020, p. 2) define capacitismo como um tipo de preconceito direcionado às pessoas com deficiência, que estabelece hierarquias de poder e opressões, permeando as relações entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência e produzindo barreiras ao acesso à saúde, segregação e exclusão social.

Falar desses processos de classificação de corpos que instituem e normalizam certos padrões é trazer à tona as violências que são também normalizadas contra aqueles que são considerados inaptos, inválidos ou incapazes de viver uma vida considerada normal. É diante dessa realidade discriminatória que aponto a importância da relação das famílias com o que se entende como deficiência. A família é uma peça fundamental no processo de socialização dessas pessoas e do tipo de política a que elas serão submetidas. Tanto em casos de deficiência congênita quanto de deficiência adquirida por algum trauma, a família tende a ser a primeira instância de suporte e apoio nos processos de autoaceitação e convivência com aquela nova realidade. São muitas as barreiras físicas e psicológicas com as quais é preciso aprender a lidar e são poucas as famílias que dispõem de recursos subjetivos para enfrentar os efeitos da produção do padrão de normalidade

para compreender por outras perspectivas o que é conviver com um filho fora de tais padrões.

Em seus estudos sobre os processos de subordinação das pessoas com deficiência, o cientista político americano Harlan Hahn apontou uma correlação entre estes e a conduta paternalista. Segundo o autor,

A prática do paternalismo permitiu que os não-deficientes atuassem como protetores, guias, líderes, modelos e intermediários para indivíduos com deficiência que, como crianças, geralmente são considerados desamparados, dependentes, assexuais, economicamente improdutivos, fisicamente limitado, imaturo emocional e aceitável apenas quando são discretos (HAHN, 1986, p. 130).

Também discorrendo sobre os efeitos subjetivos da conduta normalizante na vida das pessoas com deficiência, Campbell (2009, p. 17) afirma que a partir do momento em que uma criança nasce com uma deficiência, o mundo já lhe transmite mensagens de que sua condição é de inferioridade. Segundo a autora, desde pequena a criança já é moldada para entender que ela vive num mundo em que a deficiência é inerentemente algo negativo, que pode até ser tolerado, mas só em última instância.

Em algumas das minhas experiências de convivência com outras pessoas com deficiência em centros de referência ortopédica e até mesmo em atividades paradesportivas, foram incontáveis os casos de pessoas que me relatavam seu contentamento com o benefício de receber um salário mínimo de aposentadoria por invalidez e não precisar trabalhar. Conheço muitas pessoas com deficiência que são desestimuladas pela própria família a sair de casa, a estudar, a trabalhar, a ousar viver uma vida como qualquer outra pessoa. Muitas famílias produzem uma relação de culpa e/ou vergonha com seu parente com deficiência, tratando-o de forma infantilizada e antissocial, implantando nele o medo e o entendimento de que o mundo fora de casa é perigoso e de difícil acesso.

Essas práticas de capacitismo, como o nome já sugere, nascem de um pré-julgamento de que pessoas cujos corpos fogem do padrão não serão capazes de realizar certas atividades que pessoas ‘normais’ realizariam. O capacitismo não enxerga uma deficiência como parte da diversificação humana, mas como uma falha, um defeito com o qual se pode tentar conviver e tolerar. Essa forma de pensar está entranhada subliminarmente nos valores da sociedade de tal modo que a conduta do estranhamento, associada ao olhar de fragilidade e presunção da necessidade de cuidado é quase que

imediate e inevitável. Campbell (2009, p. 17) aponta que essa prática, tão normalizada, em vez de proporcionar consolo às pessoas com deficiência, na verdade envolve atitudes que induzem outras formas de prejuízo e lesão, sobretudo levando essas pessoas a descreditarem das suas próprias potências.

O capacitismo se faz presente em nosso cotidiano de diversas formas. Por exemplo, não tem como não perceber o quão as cidades não são pensadas para proporcionar condições para um mínimo deslocamento às pessoas com mobilidade reduzida. É irrisória a preocupação dos governos em oferecer infraestrutura e serviços acessíveis. Essa prática subliminar faz parte do que chamo de “micropolítica de escanteamento”, uma forma de conduta orientada por formulações em nível molar que faz com que a população não seja acostumada a ver uma pessoa com deficiência nas ruas, trabalhando ou mesmo aproveitando espaços de lazer. O escanteamento é difundido de tal modo que a ausência passa a ser normalizada. Quando percebidas, as pessoas com deficiência são vistas com olhares de pena, lamento ou preocupação exacerbada. Mesmo pessoas com maior sensibilidade/menor conhecimento do tema e “com a melhor das intenções”, costumam partir do lugar do tratamento especial e delicado, que produz uma condição de destaque e distanciamento.

A preocupação com as deficiências, de acordo com Dias (2017, p. 25) foi se constituindo historicamente na perspectiva da produção e do ônus para o Estado. Na tentativa de recuperar corpos e torna-los produtivos para atender aos interesses do mercado, buscou-se mover todo um conjunto de práticas de normalização e superação da condição de incapacidade.

Com o avanço do Estado neoliberal pôde-se assistir ao surgimento de novos marcadores de normalidade. Dentro do grupo de pessoas tidas como anormais, instituiu-se um limite de tolerabilidade a partir do qual os que possuem deficiências menos severas e maior habilidade laborativa passaram a ser incluídos numa nova política de incentivo à profissionalização e empregabilidade.

Todavia, para que uma pessoa com deficiência tenha acesso ao mercado de trabalho, primeiro ela tem que desconstruir o olhar de limitação do contratante, convencendo-o de que está apto a desenvolver as atividades demandadas. É cansativa a tarefa de ter que comprovar que é possível ser uma pessoa com deficiência e ter autonomia para tocar a vida, sem estar sempre dependendo de um interventor. A minha resistência enquanto pessoa com deficiência não está na busca por ser visto como um igual, mas pela

condição de, mesmo sendo diferente, não ser pré-julgado como incapaz. Ou seja, não restringir o olhar para mim a uma forma-corpo-normal.

Diferente de muitos, eu fui criado com a consciência de que não me enquadrava no que entendem como normal, porém, longe da sombra da limitação e da necessidade de uma redoma de proteção. Caçula de três filhos, minha família não me tratou como incapaz nem me antecipou ou me poupou de barreiras por supor que eu não fosse conseguir superá-las. Como poucos, tive a oportunidade de ser ensinado a trilhar o meu caminho de forma independente e isso me fez descobrir os prazeres de ser diferente. Sempre tive consciência de que a minha condição era de privilégio, mas isso não me isenta de ter que enfrentar a cada dia os olhares de estranhamento da sociedade normalizada.

Falo a partir da minha experiência de brasileiro, nordestino e que vive no Sudeste. Mas essa prática individualizante de controle das vidas e padronização de corpos não é algo específico do Brasil. Me recordo de um episódio que aconteceu em 2019, na época em que eu estava no México fazendo um intercâmbio de doutorado: era um fim de tarde e eu estava encostado na parede da saída de uma estação do metrô, aguardando a chegada de uma amiga, quando passou por mim uma senhora com uma aparência de quem estava com pressa. Depois de uns três passos ela parou, regressou e estendeu a mão oferecendo-me algumas moedas. Eu fiquei sem reação e fingi que não entendi o que se passava ali. Constrangida ao perceber que eu não estava ali pedindo dinheiro, ela me pediu desculpas e seguiu seu caminho, outra vez apressada.

Desde que percebi que situações como esta tinham se tornado corriqueiras, passei a problematizar minhas inquietações e pôr em análise os efeitos que a minha presença provoca nas pessoas ao redor: de onde vem esse modo de subjetivação que associa pessoas com deficiência a carências (financeira e emocional), ou que as classifica como frágeis, limitadas, inúteis, coitadas?

Hoje compreendo que esse modelo controle biopolítico que afeta a minha vida tem a mesma gênese dos mecanismos de poder que também discriminam outras pessoas por sua cor, sua forma física, sua orientação sexual, seu gênero, sua condição financeira ou seu local de moradia. Mecanismos de poder que não toleram o diferente, sobretudo aqueles corpos que mesmo destoando dos padrões resistem ao processo de docilização e ousam ocupar os espaços que não foram pensados para eles.

Em minhas singularidades, eu sou um corpo estranho que afronta o escanteamento. Sou um corpo que aceita esse desafio de romper com o senso comum que subjetiva todas as pessoas com deficiência como frágeis, limitadas, inúteis, coitadas. Sou

um corpo em luta constante contra esse capacitismo estrutural oprime e fecha portas para as pessoas ditas anormais.

Bibliografia:

CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of Ableism: The Production of Disability and Aabledness*. Griffith University, Australia, 2009. Disponível em: <<https://www.freelists.org/archives/sig-dsu/08-2013/pdfyWdtytodrO.pdf>>. Acesso em 02 de jul. de 2020.

DIAS, Francine de Souza. *Devir Surdo: disputas, poder e saber na produção do sujeito não ouvinte*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2017.

DI MARCO, Victor. *Capacitismo: o mito da capacidade*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Trad. Antônio Fernando Cascais. Lisboa: Veja 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso dado no Collège de France (1974-1975) / Michel Foucault; tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HAHN, Harlan. Public support for rehabilitation programmes: The analysis of U.S. disability policy. *Disability, Handicap and Society*. 1(2). 1986, p. 121–137. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02674648666780131>>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

HARA, Tony. Escrita de si: um rascunho da vida. In: *Ensaio sobre a singularidade*. São Paulo: Intermeios; Londrina: Kan Editora. 2012, p. 99 - 112.

HINDESS, Barry. The Liberal Government of Unfreedom. *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 26, No. 2 (Apr.-June 2001), pp. 93-111. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40645012>>. Acesso em 0 de jul. de 2020.

NASCIMENTO, Maria Livia. Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 2014, 259 - 467.

PONTES, Bruna. O normal questionado: processos (micropolíticos) para pensar a normalização dos sujeitos no espaço escolar. In.; RIBETTO, Anelice., org. *Professores*

formados na FFP/UERJ e inclusão: entre políticas, práticas e poéticas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

SANTOS, Raul de Paiva. Há perigo na esquina: reflexões sobre deficiência e políticas públicas. *Jornal da USP*. Dez de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/ha-perigo-na-esquina-reflexoes-sobre-deficiencia-e-politicas-publicas/>>. Acesso em: 30 de abr. de 2021.